

**RECURSO ORDINÁRIO**

**RECORRENTE: EMCONVI - EMPRESA DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.**

**RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

**E M E N T A: HORAS EXTRAS. INTERVALO INTRAJORNADA. GARANTIA CONSTITUCIONAL. SUPRESSÃO POR MEIO DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA. IMPOSSIBILIDADE.**

As negociações coletivas constituem-se em fontes formais secundárias, de eficácia antijurídica, não podendo, as condições de trabalho nelas instituídas irem de encontro às normas legais cogentes, principalmente, quando se trata da jornada de trabalho, cuja garantia constitucional visa proteger a saúde física e mental dos trabalhadores.

"Vistos etc.

Trata-se de Recurso Ordinário proveniente da 7ª Vara do Trabalho de João Pessoa/PB, nos autos da Ação Civil Pública proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO em face da EMCOVI - EMPRESA DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.

O Juízo *a quo*, em sentença prolatada às fls. 168/179, acolheu parcialmente os pedidos e condenou a empresa a: 1) respeitar os limites legais (diário e semanal) da carga horária de seus empregados, ressalvada a possibilidade de prorrogação da jornada normal e de sua compensação mediante ajuste escrito individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho; 2) observar a restrição fixada no art. 59, *caput* e § 2º, da CLT, de modo que, ressalvadas as situações excepcionais aludidas no art. 61 da CLT, a carga total diária não ultrapasse, nos casos de prorrogação da jornada normal, o limite de dez horas, respeitada a redução ficta do trabalho noturno (CLT, art. 73, §§ 1º e 5º); 3) conceder aos seus empregados intervalo intrajornada mínimo de uma hora (CLT, art. 71); 4) efetuar, enquanto não houver adequação de sua conduta ao disposto no art. 59 da CLT, o completo e oportuno pagamento das horas irregularmente prorrogadas e de seus reflexos sobre férias, gratificações natalinas, repouso semanal, FGTS e verbas rescisórias; 5) efetuar, enquanto não houver adequação da sua conduta ao disposto no art. 71 da CLT, o pagamento integral e tempestivo do valor devido em razão da supressão do intervalo intrajornada (CLT, art. 71, § 4º). Em caso de descumprimento das obrigações, foi fixada a multa mensal e cumulativa de R\$ 1.000,00 (mil reais), corrigível pelo índice aplicável aos tributos federais e revertida em favor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos - FDD, em relação a cada empregado mantido em situação irregular. Custas de R\$ 1.000,00, pela reclamada, calculada sobre R\$ 50.000,00.

Irresignada com a decisão, a empresa interpôs recurso ordinário, às fls. 181/189, alegando, em suma, a legalidade da adoção do sistema de prorrogação de jornada 12 x 36, eis que este foi regularmente negociado entre

os representantes das categorias envolvidas, o que se comprova por meio das convenções coletivas colacionadas aos autos, nos termos do que autoriza o art. 7º, inciso XXVI, da CF/88. Por tais razões, intenta a integral reforma do julgado. Custas processuais e depósito recursal às fls. 190/191.

Contra-razões às fls. 200/224.

Os autos foram remetidos ao Ministério Público, que ratificou as contra-razões apresentadas (fl. 228)."

É o relatório, aprovado em sessão.

## V O T O

Pugna a empresa pela reforma do julgado, a fim de que seja julgada improcedente a postulação, ao argumento de que é legal a adoção do sistema de prorrogação de jornada 12 x 36.

### **Assiste-lhe razão, parcialmente.**

O *caput* do art. 71 da CLT assim estabelece, *in verbis*:

"Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de seis horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso e alimentação, o qual será, no mínimo, de uma hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de duas horas."

No caso em espécie, embora os sindicatos patronal e profissional, através de sucessivos ajustes coletivos renovados há vários anos, tenham estabelecido jornada de 12 x 36 de descanso, **entendo ilegal a supressão de intervalo intrajornada, à luz do disposto no artigo 71, caput, da CLT, pois tal supressão é prejudicial ao trabalhador, eis que tal intervalo serve para preservar a higidez física e mental do empregado, após estafante jornada laboral.**

Ao excluir tais situações da jornada de trabalho, houve, indiretamente, o alongamento do horário de trabalho, sem a correta contraprestação e conseqüente prejuízo aos trabalhadores, pois se trata de verdadeira renúncia do direito às horas extras, o que não pode ser admitido no Direito do Trabalho, em face do princípio da irrenunciabilidade de direitos.

As condições de trabalho instituídas por meio de negociações coletivas constituem-se em fonte formal secundária, de eficácia antijurídica, não podendo, por isso, irem de encontro às normas legais cogentes. Principalmente quando se trata da jornada de trabalho, cuja garantia constitucional visa proteger a saúde física e mental dos empregados.

O TST editou a Súmula nº 342, nestes termos:

"INTERVALO INTRAJORNADA PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO. NÃO CONCESSÃO OU REDUÇÃO. PREVISÃO EM NORMA COLETIVA. VALIDADE. Dj 22.06.04. É inválida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão ou redução do intervalo intrajornada porque este constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantido por norma de ordem pública (art. 71 da CLT e art. 7º, XXII, da CF/1988), inenunciável à negociação coletiva."

**Sendo assim, a jornada de 12 x 36 não tem o condão de afastar a**

**aplicabilidade da norma em comento, que visa a recomposição orgânica do trabalhador.**

Este é caso dos autos. Os empregados não gozavam de intervalo intrajornada, recebendo por ele uma vantagem pecuniária, e, sobre isto, com muita propriedade, o Juiz de origem assim fundamentou: "a indenização preconizada no art. 71, § 4º, da CLT, representa uma sanção por cometimento de ato ilícito, jamais pode ser considerada um mero substitutivo do intervalo, de modo a tornar ordinário o que é excepcional. A recomposição psíquica e fisiológica do empregado, proporcionada pelo intervalo, não pode ser substituída por uma vantagem pecuniária, mesmo pela via da convenção coletiva".

Portanto, sua supressão afronta o artigo 71 da CLT, que é norma de ordem pública que não admite flexibilização, em respeito ao artigo 5º, II, da CF/88, devendo a decisão ser confirmada neste tópico.

**Quanto à redução da hora noturna, merece reforma o julgado.**

A Constituição Federal de 1988 prestigia a negociação coletiva, incentivando a superioridade das normas que emanam desta autocomposição de interesse que se faz através das respectivas representações das categorias profissionais e econômicas, exercidas pelos sindicatos, em pé de igualdade. É o que se extrai dos termos dos arts. 7º, inciso XXVI, e 8º, inciso III, da Carta Magna. Celebrada a negociação, esta tem força de lei entre as partes e ao empregado, desde que não prejudicial ao trabalhador.

**O inciso IX do art. 7º da CF não diz respeito à redução da hora noturna, mas apenas garante ao empregado que labora no horário noturno remuneração superior ao daquele que trabalha no diurno.**

É pacífico na doutrina e jurisprudência que a convenção coletiva faz lei entre as partes, portanto, não há como desconsiderar a cláusula convencional pactuada, até porque envolve interesses de toda a categoria. Neste sentido transcrevo as seguintes jurisprudências:

"REGIME DE COMPENSAÇÃO. HORA NOTURNA REDUZIDA. HORAS EXTRAS. Demonstrado que o reclamado adotava a jornada em regime de compensação de 12x36 estabelecida em acordo coletivo, descabe falar em horas extras noturnas por redução fictícia exatamente em razão da superveniência de norma mais benéfica ao trabalhador." (TRT 13ª Região. Acórdão nº 58351. Recurso Ordinário nº 325/00. Recorrente: VALDELICE LIMA DE FARIAS. Recorrida: FUNDAÇÃO JOSÉ AMÉRICO. Juíza Relatora: Ana Clara de Jesus Maroja Nóbrega.)

"Salvo previsão em sentido contrário, contida em norma coletiva, o regime de compensação não enseja o pagamento de horas extras decorrentes da redução da hora noturna. O regime de trabalho 12x36, por mais benéfico ao trabalhador, que usufrui de um intervalo interjornada mais prolongado para repouso, compensa o maior desgaste decorrente do labor em horário noturno, e, por isso, exclui a redução prevista na CLT." (TRT 18ª R. - RO 00149-2004-004-18-00-8 - Rel. Juiz Geraldo Rodrigues do Nascimento - DJGO 13.07.2004)

Assim, não há obrigatoriedade de observância da redução ficta da hora noturna.

**Ante o exposto, dou provimento parcial ao recurso, para excluir da condenação a observância da redução ficta do trabalho noturno, mantendo-se a sentença quanto ao mais.**

ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, com a presença do(a) Representante da Procuradoria Regional do Trabalho, Exmo(a). Sr(a). Procurador(a): JOSÉ CAETANO DOS SANTOS FILHO, **por maioria, pelo voto médio, dar provimento parcial ao recurso para excluir da condenação a observância da redução ficta do trabalho noturno, mantendo a sentença quanto ao mais**, vencido parcialmente o Juiz Relator, que lhe dava provimento parcial, para limitar a condenação da recorrente à observância da redução ficta do trabalho noturno, nos termos do art. 73, §§ 1º e 5º, da CLT e da cláusula décima terceira da Convenção Coletiva 2006/2007 (fls. 51/63), e com as divergências parciais dos Juízes Carlos Coelho de Miranda Freire, que negava provimento ao recurso; e Wolney de Macedo Cordeiro, que lhe dava provimento para retirar a determinação para observância da jornada máxima de 10 (dez) horas.

João Pessoa/PB, 22 de novembro de 2006.

**PAULO MAIA**

**Juiz Revisor designado para redigir o Acórdão**

GJPM/tm-as